



REQUERIMENTO PARA COLOCAÇÃO DE SINAIS FUNERÁRIOS E DE EMBELEZAMENTO DE JAZIGOS E SEPULTURAS

	N.º DE CONTRIBUINTE			
NOME (1)				
MORADA / SEDE				
CÓDIGO POSTAL		FREGUESIA		
TELEFONE		FAX	E-MAIL	
B.I. / CARTÃO DO CIDADÃO		CONTACTO		

Objecto do Requerimento

Na qualidade de^(a) _____, vem requerer a V. Exa., autorização para:

Colocação Substituição^{b)}

- Tampo^{b)} - Bordadura^{b)} - Lápide - Livro - Jarra - Floreira - Outro: _____

- Sepultura temporária^{c)} n.º _____, do talhão _____

- Sepultura perpétua n.º _____, do talhão n.º _____ - Jazigo _____

onde está sepultado(a) _____, falecido(a) em ____/____/____.

Descrição (lápide/livro) _____

^{c)} **No caso de sepultura temporária (deposição do cadáver por três anos) é da responsabilidade do requerente a retirada de todos os bens existentes na mesma aquando da exumação.**

Revestimento - Ossário n.º _____ - Azulejo branco - Mármore branco - Outro: _____

Documentos a apresentar:

- Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão
 - Cartão de Contribuinte
 - Comprovativo da qualidade^{a)}
 - Autorização expressa de todos os concessionários^{b)}

PEDE DEFERIMENTO,

O REQUERENTE,

AOS ____/____/____

Conferi a assinatura do requerente através de B.I./C.C, n.º _____, emitido em ____/____/____ e válido até ____/____/____

O Func.: _____

^(a) Testamenteiro, cônjuge sobrevivente, pessoa que viva em condições análogas às dos cônjuges, herdeiro, familiar ou qualquer outra pessoa ou entidade, sucessivamente.

ENTRADA		
A PREENCHER PELOS SERVIÇOS	ENTRADA N.º	
	DATA	
	REQUERIMENTO	
	PROCESSO	
	O FUNCIONÁRIO	

MOD CEM_03

INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS	DESPACHO
A PREENCHER PELOS SERVIÇOS	A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

Declaração

Estabelece o art.º 3º do Decreto - Lei nº411/98, de 30 de Dezembro, que:

“ 1 – Têm legitimidade para requerer a prática de actos regulados no presente decreto-lei, sucessivamente:

- a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
- b) O cônjuge sobrevivente;
- c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;
- d) Qualquer herdeiro;
- e) Qualquer familiar;
- f) Qualquer pessoa ou entidade.

2 – Se o falecido não tiver a nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.

3 – O requerimento para a prática desses actos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.”

Assim, o requerente, no verso identifica e declara, sob compromisso de honra:

- não existir quem o proceda, nos termos do art.º 3º do Decreto – Lei nº411/98 de 30 de Dezembro
- existir quem o proceda, mas não pretendendo ou não podendo aquele requerer qualquer acto previsto no mencionado Decreto - Lei.

Vila Viçosa, ____ de _____ de _____

(Assinatura do familiar ou representante)